

A práxis e a “consciência política e social” em Frantz Fanon

Deivison Mendes Faustino*

Resumo:

Neste artigo retomo a ideia de “consciência política e social” apresentada por Fanon em seus escritos, em especial, aqueles produzidos no contexto das Lutas de Libertação do Continente Africano para discutir as dimensões de classe da luta anticolonial. Em seguida, argumento pela atualidade desse debate no contexto das ciências sociais contemporâneas, em geral, e das lutas antirracistas, em particular.

Palavras-chave: Frantz Fanon; consciência política e social; lutas de libertação.

Praxis and “Political and Social Consciousness” in Frantz Fanon

Abstract:

In this article I examine the idea of “social and political consciousness” presented by Fanon in his writings, particularly those produced in the context of freedom struggles in Africa, in order to discuss the class dimensions of the anticolonial struggle. Then I argue for the timeliness of that debate in the context of the contemporary social sciences in general and antiracist struggles in particular.

Keywords: Frantz Fanon; political and social consciousness; freedom struggles.

Fanon: da medicina psiquiátrica às lutas de libertação

Frantz Omar Fanon nasceu em 20 de julho de 1925 no seio de uma família *assimilada* de classe média em Forte de France, Martinica, região francesa no Caribe. Em 1944, quando a França foi invadida pela Alemanha nazista, Fanon alistou-se no exército francês para lutar contra a invasão, mas no *front* de guerra, junto aos franceses brancos nascidos na metrópole, percebeu que a sua cor o impedia de ser visto como igual pelos seus “compatriotas”.

Em 1946 Fanon iniciou o seu curso de medicina psiquiatria em Lyon (França metropolitana) e neste período, participou de diversos seminários e debates

* Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos, São Carlos-SP, Brasil.
End. eletrônico: sdeivison@kilombagem.org

universitários, onde entrou em contato com pensadores como Sartre, Jaspers, Lacan, Marx, Hegel, Nietzsche, dentre outros.

Ao terminar seu curso, em 1950, escreve a primeira versão da sua dissertação de conclusão do curso, mas esta foi rejeitada por confrontar as correntes positivistas então hegemônicas na área. Decepcionado, escreve uma segunda tese que nomeou *Transtornos mentais e síndromes psiquiátricas em degeneração espino-cerebelar-hereditária. Um caso de doença de Friereich com delírio de possessão*¹. Depois de intensos e acalorados debates com a banca examinadora, seu trabalho foi aprovado com louvor, e ele, enfim, pôde exercer sua profissão.

Após doutorar-se, conhece o psiquiatra espanhol François Tosquelles², com o qual segue para Saint Alban e passa a estudar e a trabalhar, tornando-se seu aprendiz e amigo (Geismar, 1972: 64). Neste mesmo ano, Fanon publicou uma série de ensaios sobre a situação do negro na França e escreveu um drama sobre os trabalhadores de Lyon. Os estudos de Tosquelles marcaram profundamente a concepção de Fanon sobre a profissão psiquiátrica, e sobre a luta política como estratégia para superar as alienações psíquicas provocadas pelo colonialismo.

A revisão de sua dissertação rejeitada dará origem, nesta mesma época, ao célebre livro *Peau noire, masques blancs* (1952)³, que marcaria a história dos estudos sobre o racismo ao ser retomado por autores ingleses na década de 80 na chamada *virada pós-colonial*.

Em 1953, Fanon se muda para Argélia para assumir a direção de um hospital psiquiátrico na cidade de Blida, a trinta milhas de distância da capital Argel e engaja-se clandestinamente nas fileiras da Frente de libertação Nacional (FLN) da Argélia. O avanço das lutas de libertação o obrigou a se mudar para Tunes em 1956, onde começou a atuar como correspondente oficial do Jornal *ElMoudjahid*⁴,

¹ No original, *Troubles mentaux et syndromes psychiatriques dans l'héredo-dégénération-spino-cérébelleuse: Um cas de maladie de Friereich avec délire de possession*

² François Tosquelles, psiquiatra espanhol, nasceu na Catalunha e chegou a participar da Guerra Civil Espanhola. Fugido do franquismo, instala-se na França onde inicia diversos estudos alternativos de psiquiatria em Saint Alban, onde Fanon trabalhou. Visionário e anticolonialista, Tosquelles criou a *psicoterapia institucional, que poderia ser traduzido como terapia comunitária*. A partir da influência de Freud, Reich, Politzer e Marx, pensava a loucura – alienação psíquica – ou o sofrimento psíquico em sua relação com o meio social em que o doente está inserido. Num outro polo, a desalienação psíquica dependeria da reorganização da sociedade e, portanto, as terapias de tratamento introduziam experimentos alternativos como assembleias democráticas entre profissionais e pacientes, trabalhos comunitários, etc. (Rodrigues, 2007).

³ Aqui, utilizaremos a tradução *Pele negra, máscaras brancas* (2008).

⁴ Uma tradução possível do árabe argelino para o português seria “guerreiro santo”. Estes artigos foram posteriormente reunidos a outros escritos de Fanon e publicados no livro *Pour La révolution africaine - écrits politiques*. François Maspero, 1964. Utilizamos aqui a versão traduzida para o português de Portugal por Isabel Pascoal: *Em defesa da Revolução Africana* (Fanon, 1980).

principal instrumento de propaganda da FLN. Publica no ano de 1959 *L'an V de La Révolution Algérienne (O quinto ano da Revolução Argelina)*.

Depois de circular por várias partes do continente africano fomentando a necessidade de expandir a guerra de Libertação, em dezembro de 1960 foi diagnosticado com leucemia e, face à medicina da época, percebe que lhe resta pouco tempo de via.

Inicia assim a escrita apressada do que sabidamente seria o seu último livro, alterando o curso da escrita de forma a sintetizar seus acúmulos teóricos antes que seu tempo se esgote. Neste contexto, será escrito em poucos meses o famoso *Les damnés de la terre*⁵. Enquanto revisava os trechos do livro, foi à Itália para encontrar Jean-Paul Sartre e Simone de Beauvoir. A Sartre foi encomendado o prefácio do seu último livro.

Após uma aparente melhora no quadro de saúde e o recebimento dos primeiros exemplares impressos de *Os condenados da terra*, aos seis dias de dezembro de 1961 morre Frantz Fanon bastante debilitado.

A práxis e a reestruturação do mundo

Fanon se posicionava entre aqueles que identificavam na luta política revolucionária o único caminho para a superação do colonialismo. A alienação colonial se manifestava, antes de tudo, através da usurpação econômica, política e cultural dos territórios ocupados pelos europeus para finalidades que lhes eram exógenas, bloqueando assim, pelo poder das armas e da ideologia, qualquer possibilidade real de autodeterminação.

Esse movimento histórico-concreto, fruto da expansão tardia das relações capitalistas de produção para os países não europeus, não se resumia a um confronto de civilizações ou culturas, e muito menos, a uma determinada forma de ver e pensar o mundo. O objetivo último dos elementos ideológicos e subjetivos presentes no colonialismo era tornar viável uma forma particular de exploração (Fanon, 1980: 38). Por essa razão, como já alertava em *Peau noire, masques blancs*, o desvelamento dos complexos psíquicos que envolvem os povos colonizados, em geral, e os negros, em particular, depende da “compreensão de realidades sociais e econômicas precisas” (Fanon, 2008:28).

⁵ Como informa Lewis R. Gordon (2008: 20) no prefácio à edição brasileira de *Peau noire, masques blancs*, o título original *Les damnés de La terre* é retirado de uma adaptação realizada em 1945 pelo poeta haitiano Jacques Rouman ao hino do movimento comunista internacional escrito por Eugène Pottier em 1871. Na primeira estrofe de *A Internacional* lê-se: “**Debout les damnés de la terre/ Debout les forçats de la faim/ La raison tonne en son cratère/ C'est l'éruption de la fin.**” Ver: <http://letras.mus.br/ogeret-marc/1246295/>. Acesso em 02 de Dezembro de 2012.

A principal preocupação teórica do autor era obter elementos que tornassem possíveis, não apenas a *compreensão*, mas principalmente a superação efetiva dos elementos concretos que compunham o colonialismo. E clama por isso ao longo de todo o livro.

Eu, homem de cor, só quero uma coisa: Que jamais o instrumento domine o homem. Que cesse para sempre a servidão do homem pelo homem. Ou seja, de mim por um outro. Que me seja permitido descobrir e querer bem ao homem, onde quer que ele se encontre (Id: 190)

Mais a frente, insiste que a luta anticolonial não deveria se limitar aos aspectos subjetivos e culturais.

Não levamos a ingenuidade até o ponto de acreditar que os apelos à razão ou ao respeito pelo homem possam mudar a realidade. Para o preto que trabalha nas plantações de cana em Robert só há uma solução, a luta. E essa luta, ele a empreenderá e a conduzirá não após uma análise marxista ou idealista, mas porque, simplesmente, ele só poderá conceber sua existência através de um combate contra a exploração, a miséria e a fome (Id.: 185-6).

Em sua percepção, seria a luta política e social o elemento a possibilitar a emancipação. Entre a inserção subordinada em relações de produção racializadas e o extermínio sistemático daqueles que nela não se enquadravam restava ao colonizado uma opção: “Veremos que uma outra solução é possível. [Mas] Ela implica a reestruturação do mundo.” (Id.: 82).

À época em que faz essas afirmações não havia indício algum de como essa *reestruturação* seria realmente possível, especialmente na Martinica, que ele conhecia tão bem. Por isso, na introdução do livro, lamenta: “A explosão não vai acontecer hoje. Ainda é muito cedo... ou tarde demais” (Fanon, 2008: 25-6).

Porém, esse cenário se modifica completamente com a eclosão dos movimentos de libertação no continente africano, em especial na Argélia, onde o autor se encontrava desde a segunda metade da década de 1950. A partir de sua inserção neste movimento social, problematizará a práxis revolucionária como possibilidade histórica.

A consciência política e social

O mundo colonial descrito por Fanon é congenitamente cindido e a separação entre os polos é mantida pela força das armas. Diferente do que ocorreria na metrópole colonialista, onde a exploração econômica dos trabalhadores poderia ser temporariamente mascarada pelo sentimento de unidade nacional, superioridade racial ou mesmo pelas ilusões democráticas, nas colônias, ao contrário,

as formas de dominação não poderiam ser disfarçadas, inviabilizando, portanto, qualquer movimentação política que se aproximasse da conformação clássica de uma sociedade civil.

Esta separação violenta era sustentada pela ideia de que os colonizados eram todos iguais. Mais do que isso, configurava um tipo particular de exploração capitalista em que o conflito entre colonizador e colonizado, por vezes, se tornava mais relevante que o conflito de classes, tal como descritos nos textos clássicos. Se quisermos colocar de outro modo, poderemos dizer que as contradições de classe nas colônias assumiam frequentemente dimensões extra-econômicas. Fica nítido em vários momentos o quanto o trabalhador europeu assumia nas colônias a função de agente do colonialismo. Mais do que isso, esse trabalhador, embora explorado, vivenciava vantagens diversas de ordem real e simbólica pelo fato de pertencer ao grupo invasor. Esses privilégios raciais colocavam barreiras concretas à solidariedade de classe nos territórios ocupados.

Por outro lado, a forma pelo qual ocorreu a subsunção das populações dominadas a esse capitalismo de via colonial levou à conformação de relações racializadas de produção, de uma forma tal que os setores mais subalternos da economia passaram a ser imediatamente identificados como próprios aos nativos. Essa racialização tendia ao apagamento – pelo menos simbólico – das diferenças culturais, econômicas, sociais e históricas entre os diversos grupos que compunham a população colonizada. Em outras palavras, os povos colonizados eram tidos todos como *farinha do mesmo saco* e a sua diferenciação, quando manipulada pela administração colonial, tinha apenas o objetivo de aplicar o velho mecanismo do *dividir para dominar*.

A resposta elaborada pelos movimentos independentistas foi o apelo a uma unidade nacional que superasse essas diferenciações postas pelo colonialismo a partir de um projeto político de autodeterminação. Ou seja, a união de todos os colonizados em um objetivo comum voltado à superação do colonialismo. Fanon também apostou todas as fichas nesse movimento, clamando por uma unidade política que superasse tanto o tribalismo⁶ como as táticas utilizadas pelo colonialismo para fragmentar a luta em curso.

Entretanto, conforme avançava a luta independentista, ficava nítido que a contradição entre colonizador e colonizado – o ponto de partida da luta anticolonial – apresentava limites importantes e não poderia ser a finalidade de toda a luta. Além disso, os escritos produzidos após o engajamento de Fanon às fileiras

⁶ O termo é empregado por Fanon de forma pejorativa para descrever a tendência à fragmentação política implícita a alguns grupos independentistas da época.

da Frente de Libertação Nacional sugerem que a própria luta por independência, se quisesse transcender o seu aspecto formal, deveria pautar-se pela apreensão das dimensões histórico-concretas de entificação do colonialismo, avançando para além dos horizontes imediatos ao qual foi engendrada.

Isso significaria, nas palavras do Fanon, a tomada de *consciência da realidade política social*. A luta por independência que não conseguisse reposicionar os rumos da economia para atender as necessidades internas de seu povo abriria as portas para a instalação do neocolonialismo:

O país se encontra nas mãos de uma nova equipe, mas na realidade é preciso tudo retomar, tudo repensar. O sistema colonial se interessava por certas riquezas, certos recursos, precisamente aqueles que alimentavam as suas indústrias. Nenhum balanço sério foi feito até então do solo ou do subsolo. Assim, a jovem nação independente se vê obrigada a continuar com os circuitos econômicos instalados pelo regime colonial. Evidentemente, ela pode exportar para outros países, para outras zonas monetárias, mas a base das suas exportações não é, fundamentalmente, modificada. O regime colonial cristalizou circuitos e a nova nação é obrigada, sob pena de catástrofe, a mantê-los. Talvez seja preciso recomeçar tudo, mudar a natureza das exportações e não apenas a sua destinação, pesquisar o solo, o subsolo, os rios e – por que não? – o sol. (Fanon, 2010:120).

Neste contexto, a composição de classes presentes na colônia, principalmente entre os diversos segmentos que compõem a massa colonizada, seria um elemento fundamental a ser considerado, já que a sua estruturação está marcada por uma lógica que segmenta os interesses em jogo na luta independentista, abrindo espaço, por vezes, ao reascenso das forças coloniais. Como já observava o autor em 1952:

Não cessarei de repeti-lo, é evidente que o esforço de desalienação do doutor em medicina de origem guadalupense se faz compreender a partir de motivações essencialmente diferentes daquelas do preto que trabalha na construção do porto de Abidjan. Para o primeiro, a alienação é de natureza quase intelectual. Na medida em que concebe a cultura europeia como um meio de se desligar de sua raça é que ele é um alienado. Para o segundo, é como vítima de um regime baseado na exploração de uma raça por outra, no desprezo de uma parte da humanidade por uma civilização tida por superior (Fanon, 2008:185).

Saber assim quais são esses interesses em conflito se faz fundamental, em primeiro lugar, porque nem todos os grupos envolvidos com o nacionalismo tem interesse em levar a luta até as últimas consequências e, em segundo, porque se não houver um encontro genuíno entre o intelectual anticolonialista e os verdadeiros “condenados da terra” a partir dos seus saberes próprios, visão de mundo e angústias, a emancipação não será viável.

Analisaremos, portanto, três aspectos que aparecem figurados nos textos, a saber: o modo pelo qual o capitalismo se entifica na colônia; o conjunto de interesses nem sempre homogêneos no interior da colônia; e, por último, o diálogo crítico que o autor estabelece com a esquerda francesa.

Capital monopolista

Antes de ser uma representação racializada do ser humano, o colonialismo se configura como forma de organização social imperialista de territórios estrangeiros política e militarmente ocupados, em benefício dos grandes capitais europeus. O colonialismo estudado por Fanon na África difere do colonialismo no continente americano não apenas pelo tempo e o espaço em que se processou, mas principalmente pelas configurações específicas que assumiu do final do século XIX até o final da Segunda Guerra Mundial (Fanon, 2010: 82-3). De todos os territórios ocupados pelo imperialismo europeu desta época, nenhuma região foi tão devastada quanto o continente africano, que passou de 10,8% de seu território ocupado em 1876, para mais de 90% do seu território ocupado em 1914, momento em que eclode a Primeira Guerra Mundial, justamente pela disputa de territórios, mão-de-obra e matérias-primas oriundas das colônias africanas e asiáticas (Lenin, 1987).

No período colonial de que fala Fanon, a escravidão como conhecemos nas Américas já não era mais economicamente interessante às elites industriais e financeiras da metrópole, que agora ocupavam os territórios africanos e asiáticos com a intensão de expandir relações capitalistas de produção precarizadas e desiguais, transferindo para a colônia o máximo de contradições sociais geradas nas metrópoles e impossibilitando qualquer concessão ou mediação própria de uma democracia liberal.

Como Fanon assevera, “o mundo colonizado é um mundo cindido em dois” (Id.: 54). E não poderia ser diferente dada a natureza das operações econômicas ali exercidas. Diante das imposições da empresa colonial, a população dominada se torna mão-de-obra barata, vitimada às situações mais precárias de trabalho, e ao mesmo tempo, consumidores subalternizados de um mercado que precisou desarticular qualquer elemento cultural que viesse atrapalhar a sua expansão (Fanon, 1980: 44-52).

Este cenário desmonta o argumento segundo o qual “a luta de classes nada tem a ver com a África ou com os africanos”; longe disso, o que Fanon evidencia é que as particularidades de entificação do capitalismo nas colônias deveriam ser considerados com muita atenção pelas nações em vias de alcançar a independência política, sob o risco de ver surgir no interior de si, o fenômeno descrito por ele como *Neocolonialismo* (Fanon, 2010: 180).

O problema será observado em muitas das jovens nações recém-independentes e, segundo Fanon, não está desconectado da posição que essas ex-colônias assumem na divisão internacional do trabalho. Há diferenças significativas entre a realidade enfrentada pela burguesia europeia, nos seus empreendimentos nacionais, e as realidades encontradas nas recém-independentes nações africanas. As burguesias clássicas europeias representavam, já no início da era moderna, o elo mais dinâmico da sociedade europeia, enquanto as burguesias nacionais das colônias africanas, ao contrário, já nascem subordinadas a interesses exógenos voltados à sangria sistêmica associada dos territórios ocupados (Fanon, 2010: 116).

O bem-estar e o progresso da Europa foram construídos com o suor e os cadáveres dos negros, árabes, índios e amarelos submetidos às diversas etapas da colonização (Id.: 116-7), e essa sangria (humana, mas também de recursos naturais e simbólicos) colocou as nações colonizadas em desvantagem estrutural diante do capital monopolista.

Havia nas colônias recém-independentes um baixo desenvolvimento das forças produtivas que, por um lado, resultava em uma pobreza intensa, ineficiência de capital acumulado, ausência de técnicos e burocratas, e por outro, em uma fragilidade dos mercados nacionais diante das pressões das ex-metrópoles. Alguns países não aguentaram e cederam à pressão, agora neocolonial, enquanto outros responderam apelando ao sobretrabalho do seu povo.

Assistia-se, assim, segundo Fanon “à mobilização de um povo que, então, se extenua, se esgota diante da Europa saciada e desnuda” (Id.: 118). Esse esforço não conseguiria continuar por muito tempo nesse “ritmo infernal” e produziria massas descontentes com os grupos políticos que dirigiam as lutas por independência. Descontentamento este que é utilizado pelas forças colonialistas com vistas a desestabilizar os governos nacionais e favorecer a consolidação do neocolonialismo.

Este cenário demonstra a Fanon que não basta exigir mais esforços do povo, mas pelo contrário reorientar a economia: “Se as condições de trabalho não se modificam serão necessários séculos para humanizar esse mundo, animalizado pelas forças imperialistas” (Id.: 120). Mas como fazer essa transição se o que marca estas jovens nações é justamente a ausência de capital acumulado? Para responder a essa pergunta Fanon recorre à noção de Reparações.

Para o autor, a retirada dos aparatos militares por parte das Metrôpoles europeias não as deixava quites com as nações invadidas. Depois de terem sangrado o continente em todos os aspectos possíveis, fazia-se necessário a implementação de ações de reparações semelhantes ao que foi observado na Alemanha com os Judeus em 1945 (Id.: 121). Nem a independência política nem os pedidos de

desculpas morais seriam suficientes. Era necessário o estabelecimento de mecanismos econômicos de incentivo ao desenvolvimento das jovens nações, uma vez que a riqueza dos países imperialistas também pertence ao terceiro mundo:

América Latina, China, África. De todos esses continentes, diante dos quais a Europa ergue hoje a sua torre opulenta, partem há séculos, rumo à essa mesma Europa, os diamantes e o petróleo, a seda e o algodão, as madeiras e os produtos exóticos. A Europa é, literalmente, a criação do Terceiro Mundo. As riquezas que a sufocam são as que foram roubadas aos povos subdesenvolvidos (Fanon, 2010: 122).

A Europa estaria em débito com aqueles que historicamente saqueou, explorou e humilhou. Essa reparação deveria ser a “consagração de uma dupla tomada de consciência, tomada de consciência pelos colonizados, de que isso lhes é devido, e pelas potências capitalistas, de que efetivamente devem pagar” (Id.: 122-3), defendia Fanon. Esta posição do autor levanta imediatamente uma outra dúvida: o que a Europa ganharia ajudando as colônias que um dia saqueou?

Examinada meio século depois, a resposta de Fanon a esta pergunta sugere um otimismo exagerado. Para ele, a fuga de capitais observada nas ex-colônias implicaria a perda de investimento das companhias privadas nestas regiões. Com isso assistiriam a uma lucratividade irrisória destas empresas que não conseguiriam manter os privilégios aos trabalhadores (aristocracia operária) dos centros capitalistas, abrindo brechas para situações de instabilidades em que perdem os trabalhadores e os burgueses do centro. Segundo o autor, seria necessário apelar para as forças progressistas da Europa, esperando que estas estivessem ao lado da “felicidade humana”, de forma que seja possível “reintroduzir o homem no mundo, o homem total”. Processo que só é possível consolidar-se com “a ajuda decisiva das massas europeias” (Id.: 126). Essa ajuda não veio. Voltaremos a este assunto mais adiante.

Sujeitos e interesses em conflito no interior da colônia

Outro ponto importante para se considerar na luta anticolonial seria a existência de diferentes interesses no interior dos movimentos anticoloniais. Aqui, mais uma vez o fator “classe” tem um peso determinante na luta política a ser travada. Embora o colonialista veja, em seu racismo, o colonizado como uma coisa só, na realidade, o colonizado apresenta diferenças significativas, a depender do local social que ocupa no interior da empresa colonial. Vejamos como Fanon expõe e analisa esses diferentes elementos.

O primeiro grupo analisado por ele é a Burguesia nacional. Embora essa burguesia tenha sido criada, na maioria dos casos, para servir de intermediária

débil dos interesses metropolitanos nas colônias, ela é, na maioria dos países africanos, o principal sujeito interessado na independência. Mais do que qualquer outro grupo, ela deseja destronar o “seu pai” mercenário para ocupar o seu lugar sujo de sangue.

No entanto, sua atrofia congênita, provocada pela natureza própria do capitalismo nas colônias, a impede de levar a luta anticolonial até às últimas consequências, fazendo-a esbarrar em distorções mortais ao processo de libertação. Aliás, segundo Fanon, “a direção burguesa dos países subdesenvolvidos encerra a consciência nacional num formalismo esterilizante” (Id.: 234).

Como sustenta o autor, “o aspecto dinâmico e pioneiro, o aspecto inventor e descobridor de mundos que se encontra em toda burguesia nacional está aqui (na colônia) lamentavelmente ausente”. Na verdade, “no seio da burguesia nacional dos países coloniais, o espírito hedonista domina. É que no plano psicológico ela se identifica com a burguesia ocidental, da qual sugou todos os seus ensinamentos” (Id.: 180). A burguesia nacional é, pois, um monstro aberrante que não consegue acompanhar as “burguesias clássicas” em seu caráter dinâmico e inovador, mas a supera em seus aspectos mais baixos:

Ela segue a burguesia ocidental no seu lado negativo e decadente, sem ter superado as primeiras etapas de exploração e de invenção que são, de qualquer modo, uma aquisição desta burguesia ocidental. Não se deve acreditar que ela queime etapas. Na verdade, ela começa pelo fim. Já está envelhecida quando não conheceu nem a petulância nem a intrepidez, nem o voluntarismo da juventude e da adolescência (Id., *ibid.*).

A burguesia nacional pretende, em seu narcisismo voluntarista, substituir a burguesia metropolitana, mas não o consegue efetivamente, porque está presa às atividades econômicas intermediárias. Percebe-se com o tempo que é uma classe dominante impossibilitada de acumular capital. Além disso, seu distanciamento diante dos reais problemas da nação, bem como a sua mentalidade colonizada a posiciona alheia à economia do seu próprio país, conduzindo, na maioria das vezes, a economia à estagnação:

Os lucros que embolsa, enormes em relação à renda nacional, não são reinvestidos (...). Em contrapartida, somas importantes são utilizadas em despesas ostentatórias, carros, mansões, coisas que os economistas descrevem bem como características da burguesia subdesenvolvida (Id.: 182).

O autor observa que enquanto essa burguesia estivesse no comando da Nação, a economia nacional continuaria limitada à produção de bens primários e dependente do consumo de artigos manufaturados (Id.: 178-9). Para sair deste labirinto, a burguesia nacional deveria negar-se enquanto classe (e instrumento

do capital metropolitano) para se fazer escrava do capital revolucionário que constitui o povo, ou a luta por independência se converteria em novas formas de colonização (Id.: 177).

Sob o controle dessa burguesia débil, a *unidade africana* ruiria em interesses particularistas de ordem tribal (Id.: 187), religiosa (Id.: 188-9) e regionalista (Id.: 181), favorecendo os interesses colonialistas já que o “despreparo das elites, a ausência de ligação orgânica entre elas e as massas, sua preguiça e, vamos dizê-lo, a covardia no momento decisivo da luta estão na origem de desventuras trágicas” (Id.: 175).

De acordo com as previsões de Fanon para a época, essa burguesia débil, sedenta por ocupar os postos antes dominados pelos europeus, mas sem vigor para tal, se limitaria a disseminar um nacionalismo *ultrarradical* que desembocaria catastroficamente em novas formas de racismo fratricidas: num primeiro momento declararia guerra aos não africanos, em seguida aos africanos de outras nacionalidades em uma busca desesperada por lançar mão de um poder outrora inteiramente tutelado pela metrópole. Na maioria dos casos, é essa burguesia a principal responsável pela fragmentação da nação (Id.: 183-5).

O segundo grupo analisado por Fanon são os nomeados como intelectuais colonizados. Estes homens, na maioria das vezes, formados em Universidades localizadas nas metrópoles europeias costumam ser constantemente cooptados pelas forças coloniais (Id.: 60-61). Com essas elites, no exato momento em que se inicia a luta anticolonial, empreende-se na maioria das vezes, um diálogo sobre os valores ocidentais com vistas a convencê-los das vantagens civilizatórias da colonização. Muitos intelectuais se perdem nessa conversa, convertendo-se como opositores ou mesmo elementos de freio para a luta de libertação nacional. Outros, depois de decepcionados com os limites da assimilação colonial, voltam-se apaixonadamente ao povo e passam a buscar neste a verdade absoluta sem, contudo, atuar com ele para a elevação de sua consciência.

É verdade que, para Fanon, o encontro entre o intelectual e o povo seria o ponto chave da luta anticolonial na medida em que promove o desmoronamento das “verdades” ditas pela burguesia colonial em seu monólogo racializadamente narcisista. Mas para isso, o intelectual deve despir-se das visões mistificadoras que foram criadas em relação ao povo e à cultura nacional. Esse processo só se efetiva na luta com e para o povo.

No caso dos partidos nacionais, o mesmo dilema se repete. Os partidos que não conseguem identificar as particularidades sociais e econômicas das colônias e, ao mesmo tempo, não estabelecem com o povo uma relação autêntica, contribuem para o aborto da libertação, mesmo nos casos em que a independência política é alcançada.

Atentar-se para as particularidades da colônia implica reconhecer que nessa formação social os proletários urbanos, artistas, artesãos, burocratas não com- põem o *sujeito revolucionário* por excelência, como definem os manuais políticos criados pela esquerda europeia. Essas frações de classe, além de numericamente pequenas nas colônias, são na verdade, o contingente mais privilegiado entre os colonizados, e, em certos casos, têm muito a perder com o avanço e radicalização da luta anticolonial.

Na colônia, aqueles que “não têm nada a perder, a não ser os seus grilhões” são, para Fanon, as massas rurais e o *lumpem*, ou seja, aqueles que mais sofrem com a exploração colonial e conseqüentemente os que mais se inflamam. Ocorre que com a adoção, por parte dos partidos nacionais, de cartilhas políticas base- adas na realidade europeia, essa força política é constantemente ignorada e fica entregue ao espontaneísmo (Id.: 138) e à contrarrevolução.

Essa exposição é necessária para mostrar que para Fanon, o confronto ao colonialismo não pode se resumir a uma negação simbólica do mesmo, mas é possível quando se encontra a verdade dos principais prejudicados pela situação colonial:

Se alguém pensa que se pode perfeitamente dirigir um país sem que o povo meta o nariz, se alguém pensa que o povo, com sua presença, atrapalha o jogo, seja porque o atrase, seja porque, pela sua natural inconsciência, ele o sabote, então não pode haver nenhuma hesitação: é preciso afastar o povo. Ora, acontece que o povo, quando é convidado para a direção do país, atrasa, mas acelera o movi- mento (Id.: 218).

A crítica de Fanon é que as organizações nacionalistas desconfiam das massas rurais e marginalizadas, e acabam estabelecendo para com elas os mes- mos julgamentos que os colonos. Em sua cegueira diante da situação local, a elite autóctone entra em contradição com os chefes tribais, curandeiros e outros elementos presentes no mundo rural. Se esses quadros partidários houvessem realizado uma leitura precisa da particularidade colonial, poderiam perceber que na colônia (diferente dos países capitalistas clássicos) não é o meio rural o mais reacionário, mas o proletariado urbano (Id.: 133).

Os dois principais interessados numa transformação na colônia são o lum- pem proletariado, composto por pessoas rurais que emigraram forçosamente para os grandes centros, e os camponeses que permanecem firmes às tradições coletivas e à disciplina (Id.: 134). Se esse potencial não for considerado pelos partidos nacionais, poderia ser rapidamente apropriado pelas forças de reação colonial, opondo esse poder tradicional às forças anticoloniais. Por esses mo- tivos, a ação desse segmento é decisiva nos acontecimentos antes e depois da independência.

Além disso, o autor chama a atenção para o limite da luta anticolonial quando não transcende os limites racializados que o colonialismo estruturou. Há momentos do front em que a posição concreta dos indivíduos e grupos na estrutura de poder pode pesar mais do que a simbologização racial a que estão submetidos. Nem todo colonizado estará intransigentemente ao lado da luta anticolonial, assim como nem todo colonizador é inimigo essencialmente nato. A posicionalidade dos sujeitos em seus interesses diversos, observa Fanon, tenciona o tempo todo as limitadas significações racializadas sobre eles.

Crítica à esquerda francesa

O terceiro elemento a ser considerado nesta reflexão é a crítica de Fanon à esquerda francesa. Considerando integralmente seus escritos e o contexto em que foram produzidos, não se trata de uma crítica à esquerda em geral e nem mesmo ao comunismo. O autor afirma em diversos textos que a análise marxista precisaria ser estendida para se compreender a realidade colonial, mas ao mesmo tempo, quando explica o caráter das lutas de libertação, dá a elas um tom que só é possível numa organização socialista dos meios de produção.

Fanon identificava criticamente a polarização implícita à guerra fria que opunha os Estados Unidos e a União Soviética e obrigava os “outros” povos a tomar partido de um dos lados, sem, contudo, se pautar pela própria autodeterminação. Entretanto, reconhecia que a adesão ao polo estadunidense seria um problema que levaria as nações recém-independentes ao neocolonialismo, enquanto identificava nas parcerias com os países então socialistas como viáveis e necessárias à essa autodeterminação. Como vemos em seu texto de 1961:

Com o apoio incondicional dos países socialistas, os colonizados se lançam com as armas que têm contra a fortaleza inexpugnável do colonialismo. Se essa fortaleza é invulnerável para as facas e os punhos nus, ela não o é mais, quando se decide levar em conta a guerra fria (Fanon, 2010: 97).

Todavia, esta predisposição aos socialistas não o isenta de tecer duras críticas à esquerda francesa e europeia, externalizando por vezes uma decepção com o a forma que estes deixavam de conduzir posições efetivamente progressistas. Em carta escrita em 1956, direcionada aos franceses que estavam deixando a Argélia após o início das guerras de libertação, o autor explicita sua decepção com a indiferença que estes *revolucionários* brancos demonstram em relação ao sofrimento dos povos colonizados (Fanon, 1980: 53).

Ao mesmo tempo, os intelectuais franceses, quando se indignavam com a violência colonial, não percebiam ou não associavam esta violência com o sistema que os beneficiava, esboçando uma denuncia formal limitada ao repúdio

simbólico aos “excessos” do colonialismo, e não ao sistema colonial como um todo.

Esse marasmo levou Fanon a se questionar sobre qual deveria ser a tarefa histórica da esquerda francesa em relação ao colonialismo. Em resposta, afirma que a tarefa da esquerda francesa deveria ser apoiar integralmente as reivindicações dos movimentos de libertação. O apoio não veio a contento. Inicialmente a esquerda se limitava a realização de encontros e moções de apoio. E ainda assim, as moções eram limitadas, dadas a fragilidade institucional e a incapacidade que essa esquerda apresentava em penetrar e influenciar decisivamente a consciência das massas europeias de forma a colocar as forças metropolitanas em cheque (Fanon, 1957a: 86).

Quando a luta armada estourou, num primeiro momento observou-se uma cumplicidade entre os movimentos de libertação e a esquerda democrática dos países coloniais. No entanto, com o avanço do confronto esta cumplicidade foi se dissolvendo na exata medida em que o processo se massificava e, conseqüentemente, se tornava mais violento. Foi o momento em que o povo colonizado percebeu que a sua única saída era responder tão energicamente quanto possível⁷.

Neste estágio, surgiu um discurso *ultra-chauvinista* e racista entre os colonizadores, que aos poucos foi influenciando a esquerda como um todo e abafando as suas aspirações democráticas. Assim, a nação francesa se unia contra a Argélia e a guerra contra os argelinos passava a ser aceita por todo o país colonizador. Este fato abalou os posicionamentos da esquerda democrática na França e, principalmente, a frágil relação entre esta *esquerda francesa* e os movimentos de libertação nacional, fazendo com que ambos se vissem com desconfiança (Fanon, 1957b: 89⁸).

Outro aspecto relevante, é que no auge da polarização colonial, intensificada pela guerra de libertação, a solidariedade de classe passou a ser relativizada. O principal antagonismo voltou a ser o que opunha colonizadores e colonizados. A esquerda francesa não poderia fugir à regra e viveu um paradoxo: “Todo francês na Argélia é um soldado inimigo. Seja ele de esquerda ou de direita” (Fanon, 1957b: 89).

O povo argelino se empenhava em libertar-se do jugo colonial e, no decorrer do processo, conquistava inimigos e parceiros. A esquerda francesa, seja a comunista ou a liberal, desempenhava um papel de apoio às lutas de Libertação, mas esse apoio veio geralmente acompanhado de tentativas de barganhas ou

⁷ *El Moudjahid*, n. 13, 1 de dezembro de 1957.

⁸ *El Moudjahid*, n. 14, 15 de dezembro de 1957

sob a forma de um freio político constrangedor. A saída deste paradoxo seria a esquerda francesa apoiar sem reserva o esforço pela independência, encorajando as massas francesas a lutarem politizadamente contra os efeitos da guerra colonial (Fanon, 1957c: 100⁹).

A atualidade de Frantz Fanon

Qual é a utilidade de falar de um revolucionário em uma época como a nossa em que a revolução não está na ordem do dia?

Esta foi a pergunta da cientista política sul-africana Jane Anna Gordon (2011). Em seu artigo intitulado “Revolucionários em tempos contrarrevolucionários: desenvolvendo a consciência nacional fanoniana no século XXI”, a pensadora argumenta que além de não estarmos em um momento revolucionário, a própria possibilidade remota de uma revolução tem sido intencionalmente desacreditada por grandes interesses voltados à manutenção da violência ocidental capitalista. E é exatamente por isto, dirá a autora, que Fanon é tão atual, uma vez que as feridas apontadas por ele continuam abertas e as profilaxias e recomendações oferecidas ainda têm muito a dizer.

Neste cenário desanimador, denominado pelo filósofo camaronês Achille Mbembe (2012) como “período de contra-insurreição planetária”, onde o ressurgimento e significação de novas barreiras se edificam contra seres humanos, mas também, de manutenção atualizada (intensificação e aceleração) das velhas formas de exploração de mais valia, vê-se também, como Fanon alertara, que nem todos os atos de resistência política têm como perspectiva a emancipação humana. O caso do Slamic State of Iraq and Syria (ISIS) é apenas um dos exemplos possíveis de que o diagnóstico de Fanon não se limita à identificação dos problemas, mas ao alerta iminente a “soluções” ainda mais problemáticas.

Mas não precisaríamos ir muito longe. O atual quadro de fragmentação desenfreada dos chamados movimentos sociais deixam dúvidas em relação às possibilidades de identificar aquilo que Slavoj Žižek (2011) defende como causas comuns. A crítica ao universalismo abstrato presente nas ciências sociais e mesmo nas esquerdas clássicas tem frequentemente levado a uma busca desenfreada pelo particular, visto, na maioria das vezes, como diferença específica essencial e intransferível e contraposta a qualquer perspectiva universal.

Por tudo isso, a retomada de Fanon em nossos dias é mais que um exercício acadêmico relevante. A apropriação e a problematização de suas reflexões têm se

9 *El Moudjahid*, n. 15, 30 de dezembro de 1957.

mostrado uma tarefa incontornável àqueles que de fato estão preocupados com os rumos da sociabilidade contemporânea e com as possibilidades de resistir à violência naturalizada posta pelos múltiplos tentáculos do capital.

Bibliografia

- FANON, Frantz. (2010). *Os condenados da terra*. Juiz de fora: Ed. UFJF.
- _____ (2008). *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUBA.
- _____ (1980). *Em defesa da revolução Africana*. Lisboa: Livraria Sá da Costa.
- _____ (1962). *L'An V de la révolution algérienne*. Paris: Maspero.
- GEISNAR, Peter (1972). *Fanon*. Buenos Aires: Granica.
- GORDON, Jane Anna (2011). Revolutionary in Counter-Revolutionary Times: Elaborating Fanonian National Consciousness into the Twenty-First Century. *Journal of French and Francophone Philosophy - Revue de la philosophie française et de langue française*. Vol. XIX, n. 1.
- GORDON, Lewis R. (2008). Prefácio. In: FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUBA.
- LÊNIN, Vladimir (1987). *O Imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global Editora.
- MBEMBE, Achille (2012). A universalidade de Frantz Fanon. *ArtÁfrica*, Lisboa, n. 36, Disponível em: <http://www.artafrica.info/html/artigotrimestre/artigo.php?id=36>
- RODRIGUES, Heliana de Barros Conde (2007). Sejamos realistas, tentemos o impossível: desencaminhando a psicologia através da análise institucional. In: JACO-VILELA, Ana Maria; FERREIRA, Arthur Arruda Leal; PORTUGAL, Francisco Teixeira (orgs.). *História da psicologia: rumos e percursos*. Rio de Janeiro: Nau.
- Žižek, Slavoj (2011). *Primeiro como tragédia, depois como farsa*. São Paulo: Boitempo.